# INCLUSÃO E PROTAGONISMO: MULHERES NEGRAS NO COOPERATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA BAHIA[1]

## *INCLUSION AND PROTAGONISM: BLACK WOMEN IN BAHIA'S FAMILY FARMING COOPERATIVES*

**Autoras**: Jéssica Alves dos Santos[1]; Eliene Gomes dos Anjos[2].
**Filiação**: [1]Universidade Federal de Santa Maria; [2]Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
**E-mail**: [1]jessicaalves.coop@gmail.com; [2]elieneanjos@ufrb.edu.br.

**Eixo temático: 2 Educação, Inovação e Diversidade**

Resumo
Este estudo buscou identificar se há diversidade de raça e gênero nas cooperativas da agricultura familiar da Bahia, sobretudo em relação à presença das mulheres negras nos Conselhos de Administração. Para tanto, adotou a perspectiva interseccional nas análises empreendidas com os dados coletados em 30 cooperativas da agricultura familiar do estado. A pesquisa é exploratória por não termos no campo do cooperativismo análises que intersecionem os atributos que caracterizam os cooperados devido à ausência do perfil racial nos levantamentos realizados. Trata-se de um estudo quantitativo, a ferramenta utilizada na coleta de dados foi um questionário fechado enviado às cooperativas, entre junho e agosto de 2023. Os dados foram manuseados por meio do Statistical Package for the Social Sciences – SPSS, usado com o intuito de definir a existência de fatores comuns quanto à incidência nos perfis racial e de gênero no quadro social e cargos diretivos das cooperativas por meio das frequências e cruzamentos de variáveis do banco de dados constituído pelas 30 cooperativas da Bahia. Os resultados demonstraram que embora haja uma participação significativa da população negra na composição dos quadros de associados e nos Conselhos de Administração, inclusive com presença de mulheres negras nos cargos de presidência e vice-presidência, ainda predomina a participação dos homens. Esta constatação sugere que mesmo no

[1] Este artigo é um recorte da pesquisa Cooperativismo e diversidade: uma análise exploratória do perfil racial, geracional e de gênero no ramo agropecuário, apoiada pelo CNPq/SESCOOP, edital nº 11/2022.

cooperativismo da agricultura familiar, a dominação masculina não foi vencida e que a equidade de gênero está distante de ser efetivada.

Palavras-chave: Diversidade; interseccionalidade; racismo; mulheres rurais.

**Abstract**
This study aimed to identify whether there is racial and gender diversity in family farming cooperatives in Bahia, particularly regarding the presence of Black women on Boards of Directors. To this end, an intersectional perspective was adopted in the analysis of data collected from 30 family farming cooperatives in the state. The research is exploratory, given the lack of studies within the cooperative field that intersect the attributes characterizing members, mainly due to the absence of racial profiles in previous surveys. This is a quantitative study, and the data collection tool was a closed-ended questionnaire sent to the cooperatives between June and August 2023. The data were processed using the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), with the aim of identifying common patterns regarding the incidence of racial and gender profiles in the membership and leadership positions of the cooperatives. This was done through frequency analyses and cross-tabulations of the variables from the database built from the 30 cooperatives in Bahia. The results showed that, although there is significant participation of Black people in the membership and Boards of Directors — including the presence of Black women in positions such as president and vice-president — male participation still predominates. This finding suggests that even within family farming cooperatives, male domination has not been overcome and gender equity remains far from being achieved.

**Keywords**: Diversity; intersectionality; racism; gender inequality rural women.

## 1. Introdução

O cooperativismo se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU devido ao potencial de transformação social. No entanto, dados divulgados pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) demonstram que a participação incipiente das mulheres no quadro social das cooperativas e nos Conselhos de Administração não têm coerência com os ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o 10 (Redução das Desigualdades). Quanto à questão racial, há uma lacuna no campo do

cooperativismo porque a raça não é um atributo incorporado nos levantamentos da OCB, dificultando, assim, o debate da diversidade racial nas cooperativas.

Historicamente, as cooperativas foram ocupadas e lideradas majoritariamente por homens, configurando espaços de protagonismo masculino. Esse cenário começa a mudar com a atuação dos movimentos feministas, como a criação da Aliança Cooperativa das Mulheres, fundada por Alice Acland em 1883, em Edimburgo, Escócia (Gouveia, 2018). No Brasil, a OCB instituiu, em 1997, seu primeiro Comitê de Gênero para fomentar a participação feminina no cooperativismo. Além disso, iniciativas como o programa "Mulher Cooperada: Formar para Transformar", lançado pela Unicafes em 2021, visam fortalecer o protagonismo feminino nas cooperativas (Unicafes, 2022).

Apesar da força das cooperativas agropecuárias não familiares na balança comercial brasileira, é da agricultura familiar com 579,5 mil dos estabelecimentos agropecuários vinculados às cooperativas, segundo o Censo Agropecuário 2017 do IBGE. Nesse contexto, indagamos se o cooperativismo rural promove o protagonismo das mulheres rurais com repercussão na melhoria das condições de vida do segmento da agricultura familiar.

A vivência como mulher negra, o enfrentamento ao racismo e ao patriarcado que estruturam as desigualdades na realidade brasileira, despertaram o interesse por investigar a inclusão e representatividade de mulheres negras no cooperativismo da agricultura familiar. Nesta direção, definimos como objetivo deste artigo, fruto do trabalho de conclusão de curso em Gestão de Cooperativas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, identificar se há diversidade de raça e gênero nas cooperativas da agricultura familiar da Bahia, sobretudo em relação à presença das mulheres negras nos Conselhos de Administração.

Adotamos a abordagem interseccional para evidenciar como gênero, raça e território se cruzam, revelando os desafios enfrentados por mulheres negras diante de processos históricos de subordinação e exclusão, especialmente em espaços que se propõem inclusivos, como as cooperativas da agricultura familiar.

Este trabalho está organizado em mais 5 seções, além desta introdução. Na segunda seção, detalha-se a metodologia utilizada. Na terceira seção, aprofunda-se a discussão sobre as desigualdades de raça e de gênero sob a lente da interseccionalidade. Na quarta seção, analisa-se como os marcadores de gênero e raça se manifestam no cooperativismo da agricultura familiar. Na quinta seção, discute-se a diversidade de

gênero e raça a partir dos dados coletados nas cooperativas da agricultura familiar da Bahia, para, enfim, apresentar as considerações finais do estudo.

## 2. Metodologia

A pesquisa adotou a interseccionalidade como eixo teórico e metodológico, buscando compreender como as desigualdades de gênero e raça se cruzam na vida das mulheres negras. Para Crenshaw (2004), a interseccionalidade permite entender como diferentes formas de desigualdade se conectam e se reforçam. Nesse mesmo sentido, Akotirene (2018) destaca que abordagem interseccional não representa uma simples soma de opressões, mas uma chave para compreender como os marcadores sociais se articulam na produção das desigualdades. Essa perspectiva é essencial para analisar a participação de mulheres negras no cooperativismo da agricultura familiar, um segmento historicamente excluído das estruturas de poder econômico e político.

A interseccionalidade permite compreender como os sistemas de opressão racismo, sexismo e classismo atuam de forma interligada, produzindo desigualdades específicas, especialmente para as mulheres negras (Crenshaw, 2002; Collins e Bilge, 2021). No Brasil, pensadoras como Lélia Gonzalez (1982), Sueli Carneiro (2003) e Luiza Bairros (1995) destacam que não é possível dissociar as experiências de gênero e raça, já que ambas estruturam a exclusão social e econômica vivida por essas mulheres. Assim, a interseccionalidade não é apenas um conceito, mas uma ferramenta teórica e política indispensável para analisar as dinâmicas de poder na sociedade, revelando como as desigualdades de raça e gênero se articulam no desfavorecendo as mulheres negras.

Com a perspectiva interseccional adotada, realizamos um recorte de um banco de dados composto por 120 cooperativas agropecuárias dos estados da Bahia, Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Como o objetivo é analisar as cooperativas da agricultura familiar da Bahia, das 36 cooperativas que integraram o estudo neste estado, identificamos 30 delas apontadas como sendo do segmento familiar, constituindo-se, assim, no universo deste estudo.

A análise dos dados foi realizada com o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), permitindo gerar frequências e cruzamentos sobre a composição racial e de gênero tanto dos quadros sociais quanto dos Conselhos de Administração, além de identificar a presença (ou ausência) de mulheres negras em cargos de presidência e vice-presidência.

A pesquisa tem caráter quantitativo, fundamentada em estatísticas descritivas, mas orientada por uma abordagem crítica e interseccional. Também foram utilizados dados secundários do Censo Agropecuário 2017 e dos anuários do cooperativismo da OCB para caracterizar a agricultura familiar na Bahia e a participação de mulheres e homens no cooperativismo.

## 3. Gênero, raça e poder: os desafios da equidade no contexto cooperativista

O cooperativismo tem como base o bem-estar social e econômico de seus membros, fundamentando-se em princípios como participação democrática, solidariedade, autonomia e responsabilidade social (Silva; Abrantes; Oliveira, 2012). A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) reforça esses valores, defendendo um modelo de desenvolvimento sustentável, com foco na inclusão e na justiça social. Esses princípios pressupõem relações igualitárias, livres de hierarquias, inclusive as de gênero, fomentando nas cooperativas relações mais horizontais.

Desde sua origem no século XIX, com os Pioneiros de Rochdale, o cooperativismo surgiu como alternativa às desigualdades geradas pelo capitalismo. Apesar de ter se afastado, ao longo do tempo, de um enfrentamento direto ao sistema, mantém a equidade de gênero como um de seus compromissos. Para Gouveia (2018), o cooperativismo é uma via para o empoderamento feminino, ampliando a autonomia das mulheres e sua participação na gestão, embora persistam barreiras econômicas, sociais e culturais.

Quanto à diversidade racial, apesar de serem organizações democráticas, as cooperativas carecem de dados sobre o perfil racial dos seus associados, o que inviabiliza avaliar se também promovem a inclusão da população negra. Segundo Souza (2021), poucas empresas adotam políticas efetivas de inclusão racial, evidenciando a necessidade de ações afirmativas que fortaleçam lideranças diversas e promovam ambientes realmente inclusivos, como se espera do cooperativismo.

Embora haja avanços na inclusão de mulheres, a pauta étnico-racial segue praticamente invisível nas agendas das cooperativas. A defesa de um desenvolvimento sustentável não pode se restringir ao discurso de equidade de gênero, ignorando a dimensão racial. A evolução da participação feminina no quadro social, segundo dados da OCB, demonstra avanço, mas ainda muito distante da apregoada equidade de gênero, como demonstrado na tabela 1.

**Tabela – 1** Distribuição do quadro social por ramo e gênero das cooperativas filiadas à Organização das Cooperativas Brasileiras em 2022 e 2023

| | Homens | | Mulheres | |
|---|---|---|---|---|
| **Ramo** | **2022** | **2023** | **2022** | **2023** |
| Agropecuário | 83,7% | 81,7% | 16,3% | 18,3% |
| Consumo | 55,8% | 54,8% | 44,2% | 45,2% |
| Crédito | 56,2% | 57,0% | 43,8% | 43,0% |
| Infraestrutura | 71,3% | 74,6% | 28,7% | 25,4% |
| Saúde | 55,4% | 54,1% | 44,6% | 45,9% |
| Trabalho, Produção de Bens e Serviços | 48,4% | 45,1% | 51,6% | 54,9% |
| Transporte | 91,1% | 88,9% | 8,9% | 11,1% |
| **Total Geral** | **58,8%** | **59,3%** | **41,2%** | **40,7%** |

Fonte: Anuário do Cooperativismo 2023 (OCB, 2024).

A Tabela 1 evidencia que as cooperativas agropecuárias seguem como espaços de predominância masculina. Mesmo com algumas iniciativas de inclusão, em 2023, apenas 18,3% dos associados são mulheres, o segundo menor percentual entre os ramos, atrás apenas do transporte 11,1%. Isso reflete a persistência da lógica patriarcal nas relações rurais, que limita a participação feminina (Anjos, 2023). Mesmo o ramo de Trabalho, Produção de Bens e Serviços que possui maioria feminina no quadro social, 54,9%, os homens ainda são maioria nos cargos de presidência, 53%.

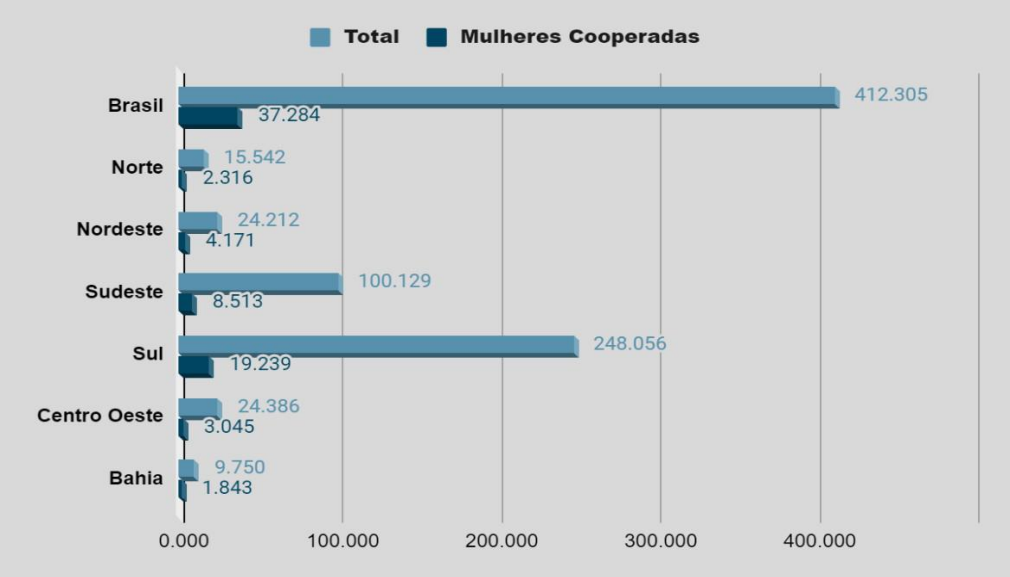
As estatísticas da tabela 1 interpelam o movimento cooperativista sobre as estratégias adotadas para ampliar a participação feminina entre a população cooperada. Mas o desafio maior é vencer o predomínio dos homens nos cargos de mais poder das cooperativas da OCB, a presidência das do ramo agropecuário era ocupada por somente 17,1% de mulheres, em 2023 (OCB, 2024).

## 4. Participação das mulheres, sobretudo das negras, no cooperativismo da agricultura familiar na Bahia

A agricultura familiar no Brasil é essencial para segurança alimentar e nutricional do país. Ela é caracterizada pelas propriedades que são administradas e operadas por famílias, que têm como alicerce a força de trabalho familiar. O Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019) catalogou 3.897.408 estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, desses, 593.411 estão localizados na Bahia. São dirigidos, em sua maioria, por homens, 433.551, restando 159.860 por mulheres no estado. A realidade enfrentada pelas mulheres rurais levanta questões importantes sobre a estrutura social e cultural que perpetua as desigualdades de gênero no campo. É necessário reconhecer o papel das mulheres agricultoras na produção e na sustentabilidade rural, todavia, é crucial que elas enfrentem os obstáculos que impedem a sua plena participação.

Quanto à vinculação dos estabelecimentos agropecuários às cooperativas, o Censo reafirma o predomínio dos homens no cooperativismo rural brasileiro, como está demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Estabelecimentos da agricultura familiar vinculados às cooperativas segundo o gênero no Brasil, regiões e Bahia




Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

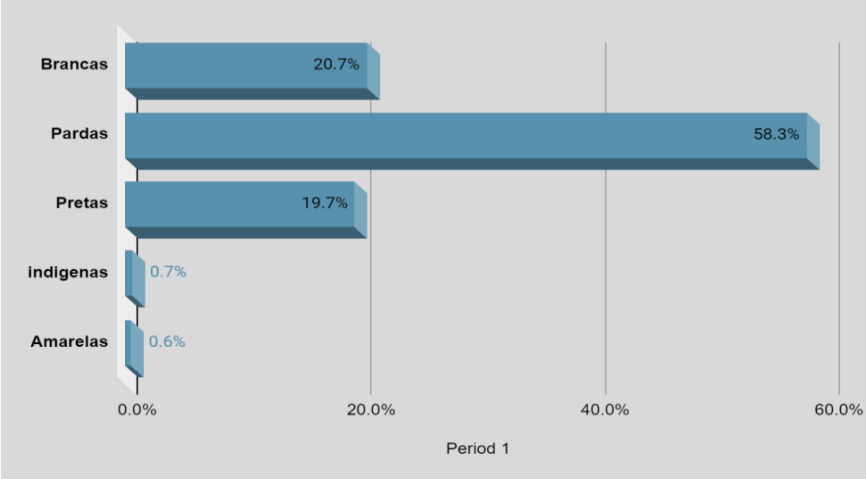
O gráfico 1 revela dois aspectos que estão relacionados ao objetivo deste estudo. Primeiro, visibiliza, em alguma medida, o trabalho feminino desenvolvido nos estabelecimentos familiares cooperativos. O segundo aspecto, demonstra a participação das agricultoras em cooperativas com gradação variada, se considerar os números apontados por região e um destaque para a Bahia quando comparada com o percentual nacional.

É inegável que as agricultoras familiares ainda são minorias no cooperativismo rural, inclusive no identificado com a agricultura familiar. Em percentuais, no Brasil representam 9% dos estabelecimentos cooperados. Desagregados por região, os 412.305 estabelecimentos associados às cooperativas, temos em ordem decrescente, Nordeste, 17,2%, Norte, 15%, Centro-Oeste,12,5%, Sudeste, 8,5%, e Sul, 7,7%. Destacamos que a região Sul, detentora de mais da metade dos estabelecimentos cooperativos, apresenta o menor percentual de estabelecimentos dirigidos por mulheres.

A Bahia apresenta um cenário animador, tem um percentual acima do Nordeste, região com maior proporção de estabelecimentos femininos cooperados, com 19%. Esses percentuais sugerem que as lutas travadas no campo estão permitindo que as mulheres rurais assumam papel destacado nas organizações da agricultura familiar (Anjos et al., 2022). Quanto ao perfil racial dessas agricultoras que dirigem os estabelecimentos cooperados, infelizmente não é possível dimensionar porque, também, no IBGE não houve o interesse de identificar a participação da população negra nos formatos associativos.

No entanto, o Censo aponta o perfil racial dos dirigentes e das dirigentes dos estabelecimentos no cômputo geral, sem caracterizar aqueles e aquelas que estão vinculados às cooperativas. Na Bahia, as negras representam 78% dos 159.860 estabelecimentos dirigidos por mulheres no estado, como demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2. Distribuição dos estabelecimentos da agricultura familiar dirigidos por mulheres segundo a cor/raça na Bahia




Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

A predominância de mulheres pardas (58,3%) reflete a composição racial da Bahia, enquanto a participação de mulheres pretas, com 19,7%, evidencia a resistência desse grupo, historicamente mais marginalizado, que tem conquistado espaços de protagonismo nas cooperativas da agricultura familiar. Por outro lado, a baixíssima presença de mulheres indígenas (0,7%) revela a persistente invisibilidade dos povos originários.

A participação feminina nas cooperativas tem sido pauta relevante entre os movimentos sociais, inclusive na reivindicação de políticas que fortaleçam o protagonismo das mulheres rurais. Na Bahia, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) lançou em 2024 o edital “Cooperativismo com Elas”. O objetivo é fomentar a inclusão das mulheres nesse setor.

Pinho (2019) destaca que os papéis de gênero impostos socialmente limitam as mulheres, especialmente as negras, às atividades menos valorizadas e pior remuneradas. Nesse cenário, as cooperativas se apresentam como potenciais espaços de emancipação e protagonismo feminino, sobretudo para as mulheres negras. Contudo, essa inclusão esbarra nas desigualdades interseccionais de gênero e raça, que se tornam mais visíveis na presença reduzida dessas mulheres em cargos de gestão. Superar essas barreiras exige

combater estereótipos, fortalecer a educação e promover ambientes organizacionais mais inclusivos. Como apontam Borba (2021) e Dantas (2022), o acesso à educação é um fator determinante para que mulheres negras ascendam aos espaços de decisão.

**5. Diversidade de gênero e raça no cooperativismo? Um caminho em construção**

Em 2015, a ONU estabeleceu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para erradicar a pobreza, proteger o planeta e promover prosperidade até 2030. Destacam-se, neste estudo, o ODS 5, que visa a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, e o ODS 10, voltado à redução das desigualdades sociais e econômicas. Ambos dialogam diretamente com os princípios cooperativistas, que se alinham como instrumentos para atingir essas metas.

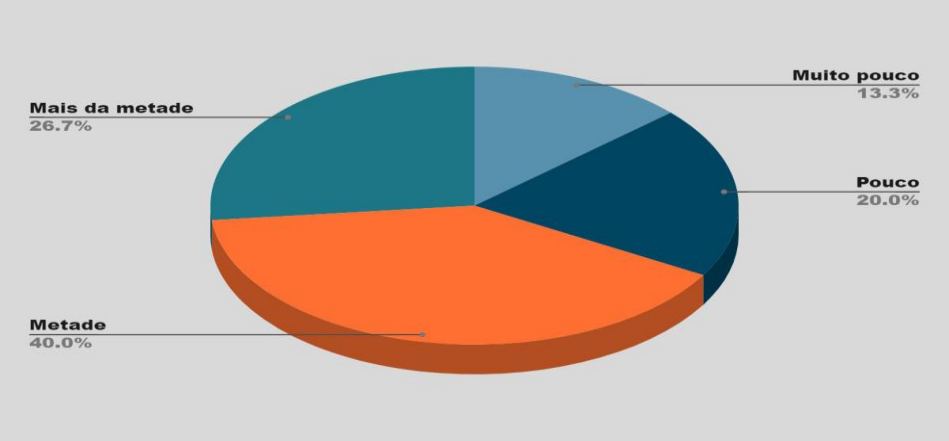
Em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs, na ONU, a criação do ODS 18, focado na promoção da igualdade étnico-racial e no combate a todas as formas de discriminação. Este novo objetivo busca reparar a omissão da questão racial na Agenda 2030, reforçando que não há desenvolvimento sustentável sem o enfrentamento das desigualdades raciais. A proposta fortalece a reivindicação por acesso igualitário à saúde, educação, emprego e pela valorização das culturas negras, estimulando políticas de reparação e justiça social. Para o cooperativismo, a inclusão do ODS 18 representa um avanço, pois possibilita a formulação de ações antirracistas, ampliando a participação de pessoas negras nos espaços de gestão e decisão.

O cooperativismo rural, especialmente entre agricultores familiares, tem se consolidado nas últimas décadas como alternativa de fortalecimento socioeconômico dos grupos historicamente marginalizados. Segundo o Censo populacional de 2022, a Bahia é o estado com a maior proporção de população negra do país, com 79,7%, e tem o maior número de estabelecimentos agropecuários familiares. Nesse cenário, é relevante analisar as dinâmicas de raça e gênero no cooperativismo.

Nas 30 cooperativas analisadas, que somam 5.890 cooperados, os homens representam 60,5% e as mulheres, 39,5%. Este dado evidencia uma sub-representação feminina, apesar do protagonismo das mulheres na agricultura familiar baiana, como apontam Velloso e Anjos (2022). Ainda assim, a presença feminina na base pesquisada é proporcionalmente superior quando comparada ao cenário das cooperativas agropecuárias vinculadas ao sistema OCB.

No que se refere à questão racial, a pesquisa utilizou uma escala no formulário aplicado às cooperativas que permitiu mensurar a presença da população negra no quadro social. Os resultados desse levantamento estão sistematizados no Gráfico 3.

Gráfico 3. Presença da população negra no quadro social das cooperativas da agricultura familiar da Bahia




Fonte: Banco de dados da Pesquisa Cooperativismo e Diversidade (2023).

O gráfico 3 revela que, pelo menos, 66,7% das cooperativas investigadas têm percentuais expressivos da população negra na composição do quadro social. Ainda que seja um percentual significativo, ainda distante dos 79,7% das pessoas negras do estado apontados pelo recenseamento da população.

Em relação aos cargos que compõem o Conselho de Administração das cooperativas, as diretorias financeira, administrativa e comercial apontam resultados que sugerem um perfil um pouco mais equilibrado de gênero (quadro 1), ainda mais com a constatação da presença reduzida de mulheres na composição dos quadros de cooperados, como já foi demonstrado.

**Quadro 1 – Perfil de gênero nos cargos de diretor financeiro, administrativo e comercial nas cooperativas da agricultura familiar da Bahia**

| Cargos | Homens | Mulheres | Total |
|---|---|---|---|
| **Diretor Financeiro** | 61% | 39% | **28** |
| **Administrativo** | 32% | 68% | **28** |
| **Comercial** | 54% | 46% | **24** |

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Cooperativismo e Diversidade (2023).

O quadro 1 revela o predomínio dos homens como diretor financeiro, 61%, um indicativo de que as questões que envolvem as finanças das cooperativas ainda sejam objeto de domínio dos homens. Em contrapartida, na diretoria administrativa há predominância feminina, 68%, o que, por um lado, é um indício do avanço das mulheres nas funções administrativas. Mas, por outro lado, a ampliação pode ser atribuída ao fato destas funções serem mais absorvidas no mundo do trabalho por um contingente maior de mulheres. Os percentuais da diretoria comercial demonstram mais equilíbrio entre os gêneros. Sabe-se que a comercialização é um grande gargalo para a agricultura familiar, esse fato redobra a importância do setor de vendas das cooperativas e, em alguma medida, ter 46% de mulheres assumindo essa diretoria sugere protagonismo para acessar mercados. É preciso ressaltar que o avanço na representação feminina nos cargos de administração e comercialização, não deve dissimular o desafio de ampliar a participação feminina nas finanças, que exige mais formação para promover a igualdade de gênero em todas as posições que expressam relações de poder nas cooperativas.

Quanto ao perfil racial do Conselho de Administração, foi possível identificar o pertencimento etnicorracial em consonância com as opções adotadas pelo IBGE. Dessa forma, as cooperativas puderem apontar a raça/cor de cada membro como está demonstrado no quadro 2.

Quadro 2 – Atribuição da raça/cor dos cargos de diretor financeiro, administrativo e comercial das cooperativas da agricultura familiar da Bahia

| Cargos | Não respondeu | Branco | Indígena | Parda | Preta | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Diretor Financeiro** | 2 | 4 | 0 | 18 | 6 | **28** |
| **Administrativo** | 4 | 4 | 1 | 16 | 5 | **26** |
| **Comercial** | 6 | 4 | 1 | 15 | 4 | **24** |

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Cooperativismo e Diversidade (2023).

O quadro 2 revela que existe a predominância das pessoas negras nos cargos analisados, com destaque nos percentuais daquelas que são apontadas como pardas. No financeiro, as pardas somam 65%, enquanto no administrativo e comercial são 61% e 63%, respectivamente. As pessoas que foram declaradas como pretas têm percentual mais

expressivos na diretoria financeira, com 21%, seguido de 19% na administrativa e 17% na comercial.

Cabe o registro da presença reduzidíssima dos indígenas uma vez que a Bahia é o estado brasileiro com a segunda maior população desse grupo étnico, são 191.500, segundo o Censo populacional 2022. A ausência mais significativa dos indígenas na pesquisa interpela a narrativa que apresenta o cooperativismo como alternativa de inclusão socioeconômica. Outras pesquisas, direcionadas a esse público específico, poderão responder se as cooperativas estão sendo mecanismo utilizado pelos povos originários.

O perfil racial apresentado evidencia a presença da população negra e da branca na composição dos quadros de associados e nas diretorias analisadas. Mas a ausência dos povos indígenas impõe ponderação na afirmação que há diversidade racial no cooperativismo da agricultura familiar da Bahia. Para que haja avanço na questão racial, as cooperativas precisam estimular políticas de inclusão, construindo juntamente com gestores e cooperados programas específicos que promovam a capacitação de todos os grupos raciais que compõem a sociedade baiana, principalmente entre os indígenas que estão significativamente subrrepresentados.

Em relação aos cargos que expressam mais poder nos Conselhos de Administração, presidência e vice-presidência, o domínio masculino persiste, com uma representação racial mais equitativa entre pessoas brancas e negras. Das 30 cooperativas, 19 (63%) são presididas por homens, restando 11 (37%) por mulheres. O quadro 5 apresenta a distribuição racial da presidência segundo o gênero.

Quadro 3 - Perfil racial do cargo de presidência das cooperativas da agricultura familiar segundo o gênero

| Gênero | Não respondeu | Branco | Indígena | Parda | Preta | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Homem | 1 | 8 | 0 | 8 | 2 | 19 |
| Mulher | 0 | 1 | 1 | 4 | 5 | 11 |
| Total | 1 | 9 | 1 | 12 | 7 | 30 |

Fonte: Banco de dados da Pesquisa Cooperativismo e Diversidade (2023).

O quadro 3 revela que a presidência é assumida por 44,5% de homens brancos, mais 44,5% de pardos e 11% de pretos. Entre as mulheres que presidem, 36,4% são pardas e 45,5% são pretas. Cabe destacar a presença de uma mulher indígena neste cargo. Os resultados revelam que, embora exista uma presença significativa da população negra na presidência, os brancos ainda preenchem uma parte considerável desse cargo.

Quanto ao cargo de vice-presidência, 19 cooperativas incluíram esse cargo no seu Conselho de Administração. Dessas, em 12 (63%) o cargo é assumido por homens, restando 7 (37%) por mulheres. Quanto ao perfil racial das pessoas que assumem esses cargos, somente 18 cooperativas informaram. A presença majoritária é da população negra, com nove homens negros no cargo e cinco mulheres negras, entre essas, quatro foram apontadas como pretas. Nesse cargo, não foi identificado nenhuma pessoa identificada como indígena.

Os resultados evidenciam avanços na inclusão racial nas estruturas de poder das cooperativas analisadas, embora persistam desafios relevantes. A presença de oito homens brancos na presidência revela uma representação desproporcional à realidade demográfica da Bahia. Por outro lado, destaca-se o protagonismo de mulheres negras, tanto na presidência quanto na vice-presidência. Segundo Anjos, Dantas e Lima (2022), trajetórias educacionais e o engajamento nos movimentos sociais rurais foram fundamentais para que as mulheres negras assumissem posições de liderança. Pesquisas futuras sobre essas trajetórias podem subsidiar estratégias para ampliar a diversidade de gênero no cooperativismo.

A análise dos Conselhos de Administração revela uma participação expressiva da população negra, embora a equidade de gênero ainda esteja distante. A dominação masculina nos cargos de maior poder persiste, mesmo com o avanço de mulheres negras em algumas posições, refletindo o protagonismo das agricultoras familiares baianas. Observa-se, contudo, a prevalência de pessoas pardas, com uma representação significativamente menor de pessoas pretas, o que demanda problematizações.

No Brasil, a cor da pele é um marcador social que influencia diretamente o acesso a oportunidades e à mobilidade social. Souza (2022) enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno social, mas uma estrutura que sustenta e retroalimenta o capitalismo, moldando as relações de poder desde o período colonial até os dias atuais. Esse sistema foi historicamente estruturado para beneficiar a população branca em detrimento dos povos negros, por meio de políticas, estruturas jurídicas e relações econômicas.

Apesar dos princípios inclusivos do cooperativismo, as cooperativas ainda refletem a reprodução das desigualdades raciais, sendo majoritariamente controladas por homens brancos (Anjos et al., 2022). A baixa presença de homens e mulheres pretas nos cargos de maior poder resulta de barreiras estruturais, como racismo institucional, redes de apoio fragilizadas e os efeitos da exclusão educacional. A predominância dos pardos reflete o histórico projeto de branqueamento no Brasil, que impacta a construção das identidades raciais, sobretudo quando indivíduos negros acessam espaços de poder.

As experiências de mulheres pretas e pardas na presidência de cooperativas representam formas de resistência às múltiplas opressões de raça, gênero e classe, desafiando as estruturas que historicamente as excluíram. Contudo, a efetiva promoção da diversidade exige que as cooperativas e suas entidades representativas adotem políticas robustas e contínuas de inclusão racial e de gênero, com foco especial nos grupos historicamente marginalizados, como os povos e comunidades tradicionais. A diversidade, além de um imperativo de justiça social, fortalece os processos decisórios e a inserção territorial das cooperativas.

## 6. Considerações Finais

Esta pesquisa analisou a diversidade de raça e gênero nas cooperativas da agricultura familiar da Bahia. Os dados de 30 cooperativas revelam avanços na representatividade racial, com forte presença da população negra, tanto no quadro social quanto nos Conselhos de Administração. Contudo, a igualdade de gênero ainda é um desafio, já que a participação feminina como cooperadas permanece muito inferior à masculina, embora haja maior presença de mulheres, especialmente mulheres negras, na diretoria administrativa e, em alguns casos, na presidência. Esse dado simboliza avanços no enfrentamento ao racismo e maior consciência racial entre as agricultoras familiares. Ainda assim, persiste a ausência significativa de povos indígenas, o que evidencia que o cooperativismo da agricultura familiar ainda não se consolidou como ferramenta de inclusão para esses povos na Bahia, estado que possui a segunda maior população indígena do país.

Os resultados também refletem os limites da pesquisa, sobretudo pela reduzida adesão de cooperativas, o que restringe a generalização dos dados, embora os 30 casos representem um recorte relevante. A análise interseccional adotada revelou a sobreposição das opressões de raça, gênero e classe, mas também permitiu valorizar as

conquistas das mulheres negras no campo, que seguem rompendo barreiras e ocupando espaços de liderança. Isso reforça a necessidade de que as cooperativas, coerentes com seus princípios de solidariedade e igualdade, adotem práticas que garantam diversidade em todos os seus níveis organizacionais, contribuindo, assim, para um desenvolvimento rural mais justo, sustentável e inclusivo.

Os dados apresentados revelam não só os avanços, mas também a urgência de aprofundar o debate sobre os mecanismos que mantêm essas desigualdades nos espaços de poder. Por isso, os desdobramentos desta pesquisa serão aprofundados no âmbito do mestrado em Extensão Rural, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com o intuito de compreender como raça, gênero e classe moldam suas trajetórias, seus processos de resistência e transformação nos territórios em que atuam.

**Referências**

**Akotirene, C.** (2018). *Interseccionalidade*. Pólen.

**Anjos, E. G., Dantas, C. M., & Lima, C. S.** (2022). Engajar para protagonizar: uma análise da experiência de mulheres presidentas de cooperativas da agricultura familiar na Bahia. *Anais do EILAC, PUC-PR, Curitiba.* Disponível em https://www.even3.com.br/anais/xii-encontro-de-investigadores-latino-americanos-em-cooperativismo-291295/587822. Acesso em 3 de outubro de 2023.

**Anjos, E. G., Rocha, A. G., Cerruci, I., & Silva, F. S.** (2019). A indissociabilidade das categorias gênero e raça nas experiências de trabalho na economia solidária. *Otra Economía: Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, *12*(1), 106–119. Disponível em https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14830. Acesso em 8 de novembro de 2024.

**Anjos, E. G., Rocha, A. G. P., & Silva, D. O.** (2022). O cooperativismo como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar na Bahia: uma análise baseada no Censo

Agropecuário 2017. *Desenvolvimento Regional em Debate*, *12*(Ed. Esp. 2), 8–31. https://doi.org/10.24302/drd.v12iedesp2.3724

**Anjos, F. S., Silva, M. K., & Jesus, J. D.** (2019). Interseccionalidade e cooperativismo: desafios e perspectivas. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, *13*(1), 1–21.

**Bahia. Secretaria de Política para as Mulheres (SPM).** (2023). *Edital nº 03/2023 – Cooperativas com Elas*. Disponível em https://www.ba.gov.br/mulheres/sites/site-spm/files/migracao_2024/arquivos/File/Edital_SPM_Cooperativas_com_Elas_parte_III.pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2024.

**Bairros, L.** (1995). Mulheres negras e poder: um ensaio sobre as possibilidades de empoderamento. *Estudos Feministas*, *3*(2), 458–471.

**Borba, S.** (2021). *Empreendedorismo feminino: inovação e associativismo.* Literare Books. Disponível em https://books.google.com.br/books?id=ZIgbEAAAQBAJ. Acesso em 22 de fevereiro de 2024.

**Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** (2012). *Gênero, cooperativismo e associativismo: Coopergênero, integrando a família cooperativista.* Brasília: Mapa/ACS. Disponível em https://www.gov.br/agricultura/pt-br/campanhas/expirados/agro-mulher/arquivos/GneroCooperativismoeAssociativismo.pdf. Acesso em 17 de junho de 2024.

**Brasil. Ministério da Igualdade Racial (MIR).** (2024). *Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 18.* Disponível em https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/ministerio-da-igualdade-racial-apresenta-ods-18-ao-grupo-de-trabalho-e-desenvolvimento-do-g20. Acesso em 22 de abril de 2024.

**Cançado, A. C., Souza, M. F. A., & Pereira, J. R.** (2014). Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xeque. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, *1*(2), 51–62. https://doi.org/10.5902/2359043216279

**Carneiro, S.** (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In *Racismos contemporâneos* (pp. 49–66). Pallas.

**Collins, P. H.** (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2nd ed.). Routledge.

**Collins, P. H., & Bilge, S.** (2021). *Interseccionalidade.* Boitempo.

**Crenshaw, K.** (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, *10*(1), 171–188.

**Crenshaw, K.** (2012). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (A. J. Oliveira, Trad.). *Revista Estudos Feministas*, *10*(1), 171–188.

**Dantas, C. M.** (2022). *Mulheres negras na presidência de cooperativas da agricultura familiar na Bahia: fortalecer e visibilizar a luta pela diversidade racial e de gênero* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia].

**Davis, A.** (2016). *Mulheres, raça e classe.* Boitempo Editorial.

**Davis, A.** (2018). *A liberdade é uma luta constante.* Boitempo Editorial.

**Gonzalez, L.** (1982). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223–244.

**Gouveia, R.** (2018). *Programa gênero e cooperativismo: Coopergênero.* Disponível em https://eurosocial.eu/wp-content/uploads/2019/12/Herramienta-16-1.pdf. Acesso em 25 de novembro de 2022.

**Hirata, H.** (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, *26*(1), 61–73. https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** (2019). *Censo Agropecuário 2017.* Rio de Janeiro. Disponível em https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

**Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).** (2023). *Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2022.* OCB/SESCOOP. Disponível em https://www.ocb.org.br. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

**Organização das Nações Unidas (ONU).** (2015). *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.* Disponível em https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em 15 de julho de 2024.

**Pinho, P. S.** (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.* Cobogó.

**Silva, P., Abrantes, R., & de Oliveira, A. C.** (2012). Doutrina e princípios cooperativistas: um estudo de caso na cooperativa Maxi Mundi. *Revista Científica do ITPAC*, *5*(3), 1–13. Disponível em https://assets.unitpac.com.br/arquivos/revista/53/6.pdf. Acesso em 2 de março de 2024.

**Souza, D. D.** (2021). *As organizações no combate ao racismo sistêmico: uma reflexão crítica com sugestões de norteadores para implementação de políticas e ações de*

*inclusão racial nas empresas no combate ao racismo estrutural* [Trabalho acadêmico, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Disponível em https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232868. Acesso em 15 de junho de 2024.

**Souza, M. L.** (2022). Capitalismo e racismo: uma relação essencial para se entender o predomínio do racismo na sociedade brasileira. *Revista Katálysis, 25*(2), 202–211. https://doi.org/10.1590/1982-02592022v25n2p202

**União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).** (2021). *Mulher cooperada: formar para transformar*. Disponível em https://www.unicafes.org.br/noticia/secretaria-de-mulheres-da-unicafes-nacional-promove-lancamento-do-programa-mulher-cooperada-formar-para-transformar. Acesso em 22 de abril de 2024.

**Velloso, T. R., & Anjos, E. G.** (2022). *Mulheres rurais na Bahia: Lutas e conquistas.* Editora da UFRB. Disponível em https://www1.ufrb.edu.br/editora/component/chronoforms5/?chronoform=ver-livro&id=189. Acesso em 14 de novembro de 2023.